GABRIELA VIEIRA SANTOS E SANTOS

ESTUDO LINGUÍSTICO DOS CONTRATOS

**Técnicas para a redução do esforço cognitivo necessário à compreensão de
instrumentos contratuais**

Tese de Doutorado

Professor Orientador: José Augusto Fontoura Costa

Universidade de São Paulo

São Paulo

2020

GABRIELA VIEIRA SANTOS E SANTOS

ESTUDO LINGUÍSTICO DOS CONTRATOS

**Técnicas para a redução do esforço cognitivo necessário à compreensão de
instrumentos contratuais**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Associado Dr. José Augusto Fontoura Costa.

Universidade de São Paulo

São Paulo

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Santos, Gabriela Vieira Santos e

Título: Estudo linguístico dos contratos: técnicas para a redução do esforço cognitivo necessário à compreensão de instrumentos contratuais

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Direito.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Paulo e Fátima, sempre.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo ao meu orientador, o Professor José Augusto Fontoura, que embarcou comigo na pesquisa dos liames entre Direito e linguagem, e cujas conversas e orientações foram essenciais para o desenvolvimento crítico do tema.

Gostaria de agradecer também a minha amiga Professora Manuela Amorim, que me apresentou à Linguística Textual e me recomendou obras relevantes para o meu aprofundamento no tema.

Muito obrigada à Professora Lie Uema do Carmo e ao Professor Waldir Beividas pelos valiosos aportes e sugestões realizadas na banca de qualificação. Ao Professor Dário Moura Vicente, que me sugeriu a leitura dos trabalhos de Carlos Ferreira de Almeida.

Ademais, como não poderia deixar de ser, gostaria de agradecer aos meus pais, Paulo e Fátima, que sempre apoiaram e incentivaram meu amadurecimento acadêmico, bem como nutriram minha curiosidade desde pequena.

Agradeço a meus familiares, amigos próximos e colegas de trabalho que foram pacientes com minhas ausências durante os momentos mais importantes para esta tese.

“No fundo você preferiria continuar usando a Velhafala, com todas as suas inexatidões e nuances inúteis de significado. Não compreende a beleza da destruição de palavras. Você sabia que a Novafala é a única língua do mundo cujo vocabulário encolhe a cada ano”?

Winston sabia, claro. Sorriu com simpatia – esperava –, sentindo-se inseguro quanto ao que diria, se abrisse a boca para falar. Syme arrancou com os dentes outro fragmento de pão escuro, mastigou-o depressa e continuou:

“Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos. (..) Menos e menos palavras a cada ano que passa, e a consciência com um alcance cada vez menor”.

George Orwell, 1984.

SANTOS, Gabriela Vieira Santos e. **Estudo linguístico dos contratos: técnicas para a redução do esforço cognitivo necessário à compreensão de instrumentos contratuais**. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

A partir da premissa de que apenas através da linguagem é possível expressar o Direito, esta tese se propõe a trazer reflexões para a redação e compreensão de instrumentos contratuais a partir do ponto de vista da linguagem e seu correspondente objetivo comunicacional. Primeiramente, como consequência de sua natureza textual, a pesquisa identifica o instrumento contratual como um ato comunicacional complexo. Esta conclusão permite mostrar os aspectos linguísticos que permeiam a redação e compreensão dos instrumentos contratuais, oferecendo um novo ponto de vista à matéria. Posteriormente, ancorada nos ensinamentos da Linguística Textual, a presente tese se dedica a identificar os elementos jurídicos que se relacionam com os princípios construtores de sentido de um texto, mais especificamente, um texto contratual. Tais princípios resultam em técnicas que, quando aplicadas, são capazes de reduzir o esforço cognitivo necessário para compreender o sentido do instrumento contratual por seus interlocutores. Desse modo, Direito e Linguística Textual se interconectam, trazendo uma abordagem interdisciplinar para os estudos dos contratos escritos.

Palavras-chave: Instrumentos Contratuais. Linguística Textual. Sentido Textual.

SANTOS, Gabriela Vieira Santos e. **A linguistic approach to contracts: techniques for reducing the cognitive effort required to understand written contracts.** 2020. Thesis (Doctor of Law) – Law School, University of São Paulo, 2020.

ABSTRACT

Departing from the premise that only through language it is possible to express the Science of Law, this thesis aims to bring new reflections to the drafting and comprehension of contractual instruments from the point of view of language and its corresponding communicational purpose. First, as a result of its textual nature, the research identifies the contractual instrument as a complex communicational act. This conclusion allows us to demonstrate the linguistic aspects that are connected to the drafting and understanding of contractual instruments, offering a new point of view on the subject. Later, based on the studies from Text Linguistics, this thesis identifies the legal elements that relate to the principles of comprehension of a text, more specifically, a contractual text. Such principles can result in techniques that, when applied, can reduce the cognitive effort needed to understand the meaning of the contractual instrument by its readers. Thus, this thesis shows that Law and Text Linguistics are interconnect, bringing an interdisciplinary approach to the study of written contracts.

Keywords: Contractual Instruments. Text Linguistic. Text Comprehension.

SUMÁRIO

Introdução	13
Parte 1: Direito e linguagem	15
Capítulo 1. O direito sob a óptica da linguística textual	16
1.1. Introdução	16
1.2. Estudos sobre direito e linguagem	17
Capítulo 2. Esclarecimentos preliminares e conceitos	24
2.1. Introdução	24
2.2. Esclarecimentos conceituais preliminares	24
2.2.1. A linguagem	24
2.2.2. A linguística	27
2.2.3. A língua	29
2.2.4. A linguística textual	32
2.2.4.1. A linguística textual e a sua visão evolutiva de texto	33
2.2.4.2. Conceitos de texto e linguística textual	36
Capítulo 3. Linguística textual e instrumentos contratuais	39
3.1. O instrumento contratual como ato comunicacional complexo	39
3.2. As multiplicidades do instrumento contratual enquanto texto	40
3.2.1. Os enunciados enquanto mensagem	41
3.2.2. As partes enquanto interlocutores	42
3.2.3. A língua enquanto códigos	43

3.2.4.	O instrumento contratual enquanto canal	44
3.2.5.	A jurisdição enquanto contexto	45
3.3.	Princípios construtores de sentido	46
Parte 2: Instrumentos contratuais e os princípios construtores de sentido		49
Capítulo 4. Os princípios construtores de sentido e seus correspondentes elementos jurídicos presentes em instrumentos contratuais		50
4.1.	Introdução	50
4.2.	Coesão	51
4.2.1.	A coesão sob a óptica da linguística	51
4.2.2.	A coesão aplicada aos instrumentos contratuais	53
4.2.2.1.	Uso de definições e glossário e emprego dos termos por repetição	53
4.2.2.2.	Cuidado com a concordância	54
4.2.2.3.	Continuidade temática e tópica	55
4.3.	Coerência	56
4.3.1.	A coerência sob a óptica da linguística	56
4.3.2.	A coerência aplicada aos instrumentos contratuais	58
4.3.2.1.	Definição da espécie contratual	58
4.3.2.2.	Definição das partes	59
4.3.2.3.	Uso de definições e glossário	60
4.3.2.4.	Manutenção do estilo e linguagem jurídica	61
4.3.2.5.	Contratação de assessoria jurídica	61
4.4.	Intertextualidade	62
4.4.1.	A intertextualidade sob a óptica da linguística	62
		10

4.4.2.	A intertextualidade aplicada aos instrumentos contratuais	63
4.4.2.1.	Contratos coligados	64
4.4.2.2.	Contratos e cláusulas típicas	68
4.5.	Intencionalidade	71
4.5.1.	A intencionalidade sob a óptica da linguística	71
4.5.2.	A intencionalidade aplicada aos instrumentos contratuais	71
4.5.2.1.	A boa-fé	72
4.5.2.2.	Lacunas propositais	74
4.6.	Aceitabilidade	76
4.6.1.	A aceitabilidade sob a óptica da linguística	76
4.6.2.	A aceitabilidade aplicada aos instrumentos contratuais	77
4.6.2.1.	A boa-fé	77
4.6.2.2.	Máximas da qualidade	78
4.6.2.3.	O common law e a parol evidence rule	79
4.6.2.4.	Cooperação entre as partes	81
4.7.	Situacionalidade	83
4.7.1.	A situacionalidade sob a óptica da linguística	83
4.7.2.	A situacionalidade aplicada aos instrumentos contratuais	84
4.7.2.1.	Grau de formalidade e uso da linguagem técnica	85
4.7.2.2.	Os considerandos (recitals/whereas) e o uso de definições em glossário	88
4.8.	Informatividade	89
4.8.1.	A informatividade sob a óptica da linguística	89
4.8.2.	A informatividade aplicada aos instrumentos contratuais	89
4.8.2.1.	O uso de definições em glossários e a repetição de termos	90
4.8.2.2.	Referência a cláusulas e organização de seções	91

4.8.2.3. A prática social e os empréstimos de termos e cláusulas	92
Capítulo 5. Aplicação dos princípios construtores de sentido a instrumentos contratuais	93
5.1. Os princípios construtores de sentido como comandos e técnicas de redação e interpretação contratual	93
5.2. Análise de instrumentos contratuais e a aplicação dos princípios construtores de sentido	95
5.2.1. Instrumentos contratuais na área de pagamentos: caso Cielo	96
5.2.2. Instrumentos contratuais na área de entrega de produtos alimentícios: caso iFood e Rappi	99
5.3. Conclusão	103
Considerações finais	105
Referência bibliográfica	108

INTRODUÇÃO

Para expressar o Direito, o ser humano precisa empregar um sistema de signos que assegure a sua comunicação. No caso dos contratos não é diferente. As vontades dos agentes econômicos que desejam contratar devem ser enunciadas para que se tornem conhecidas. Após enunciadas, é através da linguagem e de um processo de comunicação efetivo que elas poderão concluir um negócio jurídico. Por fim, os instrumentos contratuais resultantes destes negócios consistem em textos, os quais podem ser revisitados por novos ou antigos interlocutores durante sua execução.

Por fim, apenas através da linguagem é possível expressar o Direito. Como resultado, estudar o Direito sob o prisma da linguagem pode aportar valiosas considerações para a ciência jurídica. Esta tese, portanto, se propõe a trazer reflexões à redação e compreensão de instrumentos contratuais a partir do ponto de vista da linguagem, mais especificamente através de ensinamentos da Linguística Textual, de forma a identificar o processo de construção de sentidos que permeia a existência destes instrumentos.

Aplicamos os princípios construtores de sentido analisados pela Linguística Textual aos estudos dos instrumentos contratuais com a finalidade de detectar técnicas capazes de reduzir o esforço cognitivo necessário à compreensão do instrumento. O problema principal desta tese, portanto, recai na redução da complexidade linguística dos textos contratuais, de forma que eles se tornem mais acessíveis à compreensão dos seus interlocutores.

Desse modo, o primeiro capítulo desta tese se dedica a explicar a conexão entre Direito e linguagem, bem como a estabelecer um diálogo com os autores que já se dedicaram aos estudos desta conexão, ainda que sua intersecção seja distinta da ora apresentada. Por sua vez, o segundo capítulo estabelece os principais conceitos que serão empregados ao longo desta pesquisa, no intuito de aproximar os leitores da área jurídica aos conceitos debatidos pelo ramo da Linguística. Assim, são esclarecidos (sem, contudo, exaurir os debates) os termos *linguagem*, *língua*, *linguística*, *linguística textual* e *texto*.

O capítulo 3 regressa à ideia de que Direito e linguagem estão umbilicalmente conectados, de forma a abordar o ponto exato de intersecção entre instrumentos contratuais e Linguística Textual, ressaltando a complexidade do ato comunicacional que permeia a

conclusão de instrumentos contratuais, bem como as multiplicidades que podem permear a relação jurídica pactuada.

A segunda parte desta tese se dedica a correlacionar os princípios construtores de sentido da Linguística Textual a institutos ou práticas jurídicas no âmbito da redação e compreensão de instrumentos contratuais. Assim, são identificadas formas práticas de reduzir o esforço cognitivo do leitor necessário à compreensão do texto contratual. Enquanto o capítulo 4 se dedica à correlação, o capítulo 5 exemplifica a aplicação de tais princípios em instrumentos contratuais concretos acessíveis ao público na internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da proposta de analisar o Direito sob a óptica dos estudos linguísticos, tendo em vista a conexão entre Direito e linguagem, o instrumento contratual deve ser compreendido como uma modalidade de texto escrito. Esta consideração, por si só, já convida a inúmeras reflexões e aportes interdisciplinares, oferecendo um ponto de vista novo no tocante à redação e compreensão de instrumentos contratuais. Para a presente tese, o estudo sob o prisma linguístico ofereceu a oportunidade de ver o instrumento contratual em sua capacidade de ocorrência comunicativa.

Desse modo, conforme as compreensões de texto oferecidas pelas visões evolutivas da Linguística Textual, o instrumento contratual é retratado como o lugar de interação das partes, dado o processo de inter-relação complexo entre os processos cognitivos internos dos sujeitos envolvidos e o ambiente externo nos quais eles se situam. Como resultado, independentemente do negócio jurídico pactuado, enquanto texto, esta tese concluiu que o instrumento contratual deve ser visto como um ato comunicacional complexo.

De forma a mitigar a complexidade linguística inerente ao texto contratual ou, até mesmo, de buscar técnicas que auxiliem a superar a potencial complexidade do negócio jurídico pactuado quando reduzido a termo em instrumento contratual, a presente pesquisa se voltou aos estudos da Linguística Textual para buscar respostas para as seguintes questões: se existem infinitas formas de expressar uma declaração negocial e seu consequente texto do negócio jurídico, como fazê-lo de maneira mais eficiente e que demande menor esforço cognitivo das partes envolvidas em sua negociação, redação e execução? Se os interlocutores possuem experiências de mundo diversas, como aproximar a compreensão deles da vontade coadunada na mensagem de cada um, as quais serão posteriormente impressas no instrumento contratual?

Assim, a questão se volta à construção de sentido do texto pelos interlocutores que interagem nele. Ou seja, buscou-se princípios e técnicas que, no processo de produção textual do contrato, permitissem aos interlocutores apreender com maior facilidade o conteúdo semântico do instrumento contratual. Esta busca se deu sempre pautada na ideia de que a capacidade de um sujeito de extrair sentidos só é possível através da ativação de processos cognitivos dos interlocutores que interagem no texto, os quais trazem ao processo de

comunicação não apenas seus conhecimentos linguísticos, como também toda sua experiência de mundo.

A resposta para a busca de elementos que impactam a construção de sentido de um texto foi encontrada nos estudos e ensinamentos da Linguística Textual, a qual já teve oportunidade de se debruçar sobre o assunto. Desse modo, a Linguística Textual assinala sete princípios que contribuem para a construção de sentidos dos textos em geral, são eles: a coesão, a coerência, a intertextualidade, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade e, por fim, a informatividade.

Uma vez identificados tais princípios na literatura da Linguística Textual, eles foram correlacionados a elementos jurídicos que permeiam a redação, a interpretação e a execução de instrumentos contratuais. Os capítulos 4 e 5, portanto, concluíram que a aplicação dos princípios construtores de sentido aos instrumentos contratuais significava obedecer aos seguintes comandos: (I) definir de forma precisa os termos relevantes ao instrumento contratual em sessão dedicada especificamente a este fim; (II) priorizar a repetição de termos, especialmente se já definidos no instrumento contratual; (III) atentar a concordância de número e gênero (tanto durante a redação quanto durante a leitura do instrumento); (IV) definir a espécie contratual com a maior precisão possível; (V) identificar as partes de maneira adequada; (VI) explicitar o contexto da atividade econômica no instrumento contratual; (VII) atentar à necessidade do emprego de linguagem jurídica técnica e grau de formalidade coerente com o negócio jurídico pactuado e as partes envolvidas; (VIII) conservar o estilo jurídico apropriado durante todo o instrumento contratual (tanto em seu aspecto temático quanto tópico); (IX) atentar a possível necessidade de contratar assessores jurídicos para a redação, interpretação e/ou execução do instrumento contratual; (X) perceber a conexão entre o instrumento contratual sob análise e outros textos a ele conectados (tais como contratos coligados, normas sobre a espécie contratual, práticas sociais comuns, etc.); (XI) atuar sempre de boa-fé e de forma cooperativa; e (XII) calcular a necessidade de lacunas no instrumento contrato para realização do negócio.

Dessa forma, a busca pela redução do esforço cognitivo necessário para compreender um instrumento contratual teve início na constatação de sua natureza de texto para, posteriormente, compreender que o esforço diminui à medida que o sentido de um texto se torna mais evidente. Por fim, para que assim o seja, é necessário aplicar os princípios

construtores de sentido da Linguística Textual aos instrumentos contratuais, os quais necessitavam ser traduzidos para a prática e teoria jurídica de forma a garantir seu emprego adequado. Portanto, esta tese defendeu técnicas e comandos, alguns já praticados, que se propõem a tornar o instrumento contratual mais acessível ao seu leitor.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALLEN, Graham. **Intertextuality**. Abingdon, Oxford: Routledge, 2000.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Texto e enunciado na teoria do negócio jurídico**, vol. II. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

ASCARELLI, Tullio. **Problemas das sociedades anônimas e direito comparado**. São Paulo: Quorum, 2008.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Contratos: disposições gerais, princípios e extinção. *In*: JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio; TÔRRES, Heleno Taveira. CARBONE, Paolo (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas: homenagem a Tullio Ascarelli**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 47-78.

AZEVEDO, Antônio Junqueira. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de código civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. janeiro/março de 2000, p. 3-12, 2000.

AXELROD, Robert. **The evolution of cooperation**. New York: Basic Books, 2006.

BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BARTHES, Roland. **Theory of the Text** *In*: Untying the text. Robert Young (Ed.). London: Routledge, 1981, p. 31-47.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial 337040/AM. Relator: AGUIAR, Ruy Rosado de. Publicado no DJ de 01-07-2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial 1127403/SP. Relator: SALOMÃO, Luis Felipe. Publicado no DJe de 15-08-2014.

CATEB, Alexandre Bueno; ALBENY GALLO, José Alberto. Breves considerações sobre a teoria dos contratos incompletos. **Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers**. UC Berkeley: Berkeley Program in Law and Economics, 2007.

CARMO, Lie Uema do. **Contratos de construção de grandes obras**. 2012. Tese (Doutorado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Paulo Barros. Teoria comunicacional do direito. *In*: ROBLES, Gregorio. CARVALHO, Paulo Barros (Org.). **Teoria comunicacional do direito: diálogo entre Brasil e Espanha**. São Paulo: Noeses, 2011, p. XIII-XVI.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito civil: contratos, volume 3**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

COSTA, José Augusto Fontoura. Contratação no ambiente digital: mudanças profundas ou superficiais? **Revista de direito e as novas tecnologias**, vol. 4, julho-setembro/2019, p. 1-19, DTR\2019\40180.

COSTA, Marcos Antônio. Estruturalismo *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antônio; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Linguística *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 15-30.

EGGLESTON, Karen; POSNER, Eric A. ZECKHAUSER, Richard J. The design and interpretation of contracts: why complexity matters. **Northwestern University Law Review**, v. 95, n. 1, 2000.

EHRICH, Marie-France. The processing of cohesion devices in text comprehension. **Psychological Research**, v. 53, 1991, p. 169-174.

FARNSWORTH, E. Allan. Comparative Contract Law. *In* Mathias Reimann/Reinhard Zimmermann (orgs.). **The Oxford Handbook of Comparative Law**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 2012.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2019.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. São Paulo: Atlas, 2015.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. *In*: FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2018, p. 13-44.

FIORIN, José Luiz. As línguas do mundo. *In*: FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2018, p. 45-74.

FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. Por que ainda ler Saussure? *In*: FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Org.). **Saussure: a invenção da linguística.** São Paulo: Contexto, 2017.

FORGIONI, Paula A. **Contratos empresariais: teoria geral e aplicação.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

FORGIONI, Paula A. Tullio Ascarelli e os contratos de distribuição. *In*: JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio; TÔRRES, Heleno Taveira. CARBONE, Paolo (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas: homenagem a Tullio Ascarelli.** São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 517-542.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, vol. 45, abril-junho/2015, p. 229-244, DTR \2015\9732.

GRAU, Eros Roberto. Ascarelli, a interpretação, o texto e a norma. *In*: JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio; TÔRRES, Heleno Taveira. CARBONE, Paolo (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas: homenagem a Tullio Ascarelli.** São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 33-40.

GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil.** Revisado, atualizado e aumentado por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual.** São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas.** São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: 2018.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual.** São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2012.

LINHARES, Allan de Andrade. Intertextualidade e produção de efeito de sentido em artigos de opinião. **Revista do GELNE**, vol.12, n.1/2, 96-107. Piauí: 2010.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. Condições gerais dos contratos e o novo código civil brasileiro. *In*: JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio; TÔRRES, Heleno Taveira. CARBONE, Paolo (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas: homenagem a Tullio Ascarelli**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 543-558.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Dupla articulação. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 37-42.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Funções da linguagem. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 31-36.

MARTINS-COSTA, Judith. Os campos normativos da boa-fé objetiva: as três perspectivas do direito privado brasileiro. *In*: JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio; TÔRRES, Heleno Taveira. CARBONE, Paolo (coord.). **Princípios do novo código civil brasileiro e outros temas: homenagem a Tullio Ascarelli**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 393-428.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado: parte geral**. Tomo I. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Linguística textual *in*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 193-204.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: teoria geral do direito civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. *In*: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística, vol. I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 11-24.

PLETT, Heinrich F. Intertextuality *In*: Heinrich Plett (Ed.). **Intertextuality**. Berlin, New York: de Gruyter, 1991, p. 3-29.

RAMIRES, Vicentina. Relações entre análise do discurso, linguística de textos e gêneros textuais: o conceito de intertextualidade. **Revista de Encontros de Vista**, n. 13, janeiro/junho de 2014. Recife: 2014.

ROBLES, Gregorio. **Teoría del derecho: fundamentos de teoría comunicacional del derecho**, volumen I. Navarra: Thomson Reuters, 2015.

ROBLES, Gregorio. **Teoría del derecho: fundamentos de teoría comunicacional del derecho**, volumen II. Navarra: Thomson Reuters, 2015.

ROBLES, Gregorio. Perspectivismo textual y principio de relatividad sistémica en la teoría comunicacional del derecho *In*: ROBLES, Gregorio. CARVALHO, Paulo Barros (Org.). **Teoria comunicacional do direito: diálogo entre Brasil e Espanha**. São Paulo: Noeses, 2011, p. 3-32.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Breve acenos para uma análise estruturalista do contrato. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, n. 17, ano 5, p. 41-74, janeiro-março/2007.

SALVATORI, Carlos Eduardo D’Elia. **Incidência dos princípios da boa-fé e da função social conforme os planos de negócios jurídicos**, dissertação (mestrado), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Clóvis Couto. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JACOBSON, M. H. Sam. A Checklist for Drafting Good Contracts. **Journal of the Association of Legal Writing Directors**, Vol. 5, set. 2008. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1268448>.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, vol. 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. São Paulo: Método, 2013.

TONIETTO, Lauren; WAGNER, Gabriela Peretti; TRENTINI, Clarissa Marcelli; SPERB, Tania Mara; PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta. Interfaces entre funções executivas,

linguagem e intencionalidade. **Paidéia**, vol. 21, no. 49, 2011, pp. 247-255. Editorial Universidade de São Paulo.

VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. **Strategies of Discourse Comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

VICENTE, Dário Moura. **Direito comparado**. Coimbra: Almedina, 2015.